

GOVERNO MILITAR E O MOVIMENTO SOCIAL DOS PRODUTORES DE CAFÉ NO PERU (1968 – 1980): COOPTAÇÃO OU ALIANÇA?

*Ricardo Luiz Cruz**

Resumo: As cooperativas de cafeicultores foram objeto de certos privilégios, sobretudo comerciais, concedidos pelo regime militar que vigorou no Peru de 1968 a 1980. Existe um consenso entre diversos autores de que este regime procurou “cooptar” as organizações populares através da integração destas organizações numa entidade capitaneada pelo Estado e/ou do seu controle por meio da realização de medidas redistributivas em seu benefício. Por um lado, os produtores de café foram um dos poucos grupos de agricultores que, de um ponto de vista institucional, conseguiram se congregarem nacionalmente de maneira autônoma em relação ao poder público. Porém, com base nas experiências dos sujeitos no comando do movimento cafeicultor, o presente artigo procura entender até que ponto as benesses outorgadas pelos militares implicaram numa cooptação deste movimento pelo governo ou se a relação entre ambos se constituiu numa aliança, isto é, uma espécie de pacto ou acordo tendo em vista a realização de objetivos comuns e não apenas da parte mais forte (como geralmente acontece nas situações onde ocorre uma forma qualquer de cooptação).
Palavras-Chave: Cooperativas de cafeicultores. Organizações populares. Peru.

Military government and social movement of coffee farmers in Peru (1968/1980): cooptation or alliance?

Abstract: Coffee farmer’s cooperatives received certain privileges, commercials, mainly, from the military regime that governed Peru between 1968 and 1980. There is a consensus, among several scholars, that this regime tried “to co-opt” popular organizations by integration then in a institution ruled by the state and/or controlling then through the use of distributives measures in their benefit. Coffee producers were one of the few groups of farmers that, from an institutional point of view, managed to congregate themselves nationwide in an autonomous way. Nevertheless, through the experiences of the leaders of the coffee growers’ movement, this paper tries to understand if the benefits given by the military regime implied a cooptation of this movement by the government or if the relation between then was an alliance, that is, some kind of pact or deal that tries to achieve common objectives and not just those of the most powerful side (as normally occurs in the situations where there is any kind of cooptation).

Keywords: Coffee farmer’s cooperatives. Popular organizations. Peru.

* Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ e membro do Núcleo de Pesquisas em Cultura e Economia (UFRJ). E-mail: ricruz@uol.com.br.

INTRODUÇÃO

Entre 1968 e 1980, o Peru viveu sob um regime militar. Foi um período precedido por uma intensa mobilização popular em todo o país, mas, em especial, nas suas regiões rurais. Essa mobilização continuou ao longo desse regime e esteve por detrás da sua derrocada. Existe um consenso entre diversos autores de que os militares procuraram “cooptar” as organizações populares. Dois mecanismos de cooptação podem ser destacados: a integração destas organizações numa entidade capitaneada pelo Estado e o seu controle através da realização de medidas redistributivas em seu benefício.¹ Por um lado, os cafeicultores peruanos foram um dos poucos grupos de agricultores que, de um ponto de vista institucional, conseguiram se congreguar nacionalmente de maneira autônoma em relação ao poder público. Contudo, como este texto mostrará logo a seguir, expressivos privilégios foram concedidos pelo governo militar às organizações dos produtores de café.

Nesse caso, é possível dizer que estes privilégios se configuraram numa maneira de cooptar estas organizações para o projeto político dos militares? Em outras palavras, até que ponto esses benefícios fizeram com que seus dirigentes abrissem mão da busca dos objetivos almejados pelo movimento cafeicultor? Ou estaríamos diante de uma situação onde estes líderes dos produtores de café viam o regime como um aliado nas lutas que uniam esses agricultores em todo o país? Para responder estas perguntas o presente texto se apoia nas experiências dos então representantes dos cafeicultores, tal como aparecem na *Café Peru*, a principal revista publicada pelas suas organizações durante o governo militar.²

OS PRIVILÉGIOS DOS “EXPLORADOS”

No dia 3 de outubro de 1968, as forças armadas peruanas deram um golpe de Estado e conduziram ao poder o general Juan Velasco Alvarado. Como que identificando, logo de cara, a suposta natureza nacionalista desse movimento político, os militares tomaram as instalações e o controle de uma

¹ José Matos Mar; José Manuel Mejía (1980) chamaram a atenção para o papel desempenhado pela Confederação Nacional Agrária (CNA) enquanto uma forma de integrar os camponeses peruanos, de maneira subordinada, no seio da burocracia estatal. Júlio Cotler (2005) destacou as “medidas redistributivas” realizadas pelo regime militar tendo em vista a “cooptação dos dirigentes das organizações populares.” (COTLER, 2005, p. 24). De acordo com Gabriela Soares (2000), a intervenção dos militares procurou “conter a mobilização popular por meio da realização de determinadas concessões e da criação de uma estrutura social corporativa com canais oficiais de participação política. (SOARES, 2000, p. 130)

² Esta revista circulou entre os anos de 1977 e 1988. A entidade responsável pela sua publicação foi a Central de Cooperativas Agrárias Cafeicultoras “Café Peru”.

empresa petrolífera estrangeira, um ato que culminaria, no ano seguinte, com a criação da companhia estatal PETROPERU. Além de promover a proliferação de empresas públicas e uma extensa reforma agrária, o novo regime instaurado no país procurou combinar uma política de “industrialização por substituição de importações” com o incentivo do cooperativismo por todo o território nacional.

A “oligarquia” foi definida como o “adversário irreduzível” do auto-intitulado “movimento revolucionário” encabeçado por Velasco. (CONTRERAS; CUETO, 2004) Isso porque, segundo esse general, os “oligarcas”, ao contrário dos industriais e “empresários modernos”, não estariam utilizando suas riquezas em benefício do país como um todo e, por atuarem levando em consideração apenas seus próprios interesses e não a industrialização do Peru e o crescimento de seu mercado interno, criavam as condições para a propagação do comunismo. (SOARES, 2000) Os militares assumiam assim o compromisso de colocar em prática um projeto de modernização num contexto em que a mobilização política cada vez maior dos setores populares, em especial, dos camponeses em busca de uma reforma agrária, passou a ser vista pelas forças armadas como uma realidade propícia para a emergência e o desenvolvimento de movimentos “subversivos”. As dificuldades do governo anterior diante de um congresso que lhe impedia de realizar suas políticas de cunho reformista, apoiadas inclusive pelos próprios militares, acabaram sendo usadas por estes últimos como justificativa para a supressão do regime democrático.

O golpe militar de 1968 se deu num momento em que emergiam, por todo o país, diversas cooperativas organizadas por produtores de café. Essas organizações estavam sendo criadas desde 1965; em dezembro de 1964 havia sido promulgada a lei que as reconhecia enquanto entes jurídicos. Inicialmente, o governo golpista, no seu afã de ir contra qualquer suposta oligarquia, determinou que as cooperativas tivessem preferência na exportação de café, em detrimento dos agentes privados.³ Isso significou, na prática, que às organizações de produtores foi concedida a exclusividade nas vendas externas entre os meses de abril e dezembro; somente nos meses restantes os comerciantes poderiam exportar.

No seu livro considerado um clássico das ciências sociais peruanas e intitulado *Clases, Estado y Nación en el Perú*, Julio Cotler (2005) fala de uma “crise do regime de dominação oligárquica” que teria precedido a emergência do governo militar em 1968. Boa parte desta crise se caracterizou por uma intensa agitação popular ao longo dos anos 50 e 60 e que, no caso

³ Vale ressaltar que uma estrutura de minifúndios vem marcando a cafeicultura peruana desde que começou a ser praticada em massa no país a partir de meados do século passado. Em outras palavras, desde essa época, falar de produtor de café no Peru é falar de “pequenos agricultores”.

dos cafeicultores, envolveu a ocupação de latifúndios e a organização de cooperativas. (SANTOS; BARCLAY, 1995). Tais agricultores eram, em sua esmagadora maioria, originários dos pauperizados campos e cidades dos Andes peruanos. (SHOEMAKER, 1981; SJOHOLT, 1988; SKAR, 1994; CRUZ, 2010). A partir de meados deste século, eles passaram a encontrar nas até então despovoadas regiões de “selva alta” do país um lugar para se estabelecerem enquanto produtores de um grão que havia se valorizado bastante internacionalmente entre 1945 e 1955 e cujos preços voltaram a subir expressivamente a partir de 1963.⁴ (SANTOS; BARCLAY, 1995). Suas congregações através de cooperativas tinham como propósito não depender dos comerciantes locais que intermediavam a exportação de café. (SANTOS; BARCLAY, 1995).

De acordo com Contreras; Cueto (2004), a estratégia reformista e autoritária dos militares golpistas significou uma concretização das reformas (como a agrária, em especial) que os partidos Ação Popular e APRA defenderam nos anos anteriores ao golpe de Estado, mas não conseguiram realizar completamente.⁵ Tinha sido com base no ideário deste último partido político que o cooperativismo havia sido legalmente estabelecido no país em 1964 Contreras; Cueto (2004). O que o regime militar fez foi favorecer as cooperativas perante outros agentes econômicos, com base num discurso de que elas representavam uma alternativa à “dominação oligárquica”. Tratava-se, nas palavras de Cotler (2005), de um governo que pretendia levar a cabo uma revolução “de cima para baixo”, impondo “decisões econômicas nacionalistas e instaurando formas corporativas de organização social para controlar e canalizar o curso dos acontecimentos a fim de implantar uma ‘democracia social de participação plena’”. (idem p. 23)

A imbricação entre o comércio de café e a política nacional, existente durante o “Governo Revolucionário das Forças Armadas”, promoveu uma experiência, aparentemente bastante recorrente entre os cafeicultores, a respeito das identidades dos participantes do mercado desse grão. Em outras palavras, a auto-imagem destes agricultores enquanto explorados e sua visão dos comerciantes como seus exploradores passaram a ser respaldadas pelos poderes públicos. Isso porque era justamente com base num discurso em torno de uma suposta exploração perpetrada pelos compradores de café sobre os produtores que estes últimos vinham justificando a forma-

⁴ A ocupação das regiões cafeicultoras peruanas foi impulsionada através da construção da chamada Rodovia Marginal da Selva pelo governo de Fernando Belaúnde (1963-1968).

⁵ O governo civil anterior ao golpe de 1968 era comandado pelo partido Ação Popular. Contudo, o parlamento era dominado por uma coligação entre o APRA e o partido que representava os interesses dos latifundiários exportadores e das mineradoras. Foi esta coligação que impediu que a Ação Popular colocasse em prática seu projeto reformista de modernização. (Contreras; Cueto, 2004)

ção de suas cooperativas antes mesmo do golpe militar de 1968.⁶ De acordo com um, outrora, líder dos cafeicultores peruanos:

Cuando por iniciativa de visionarios agricultores, dedicados a la caficultura, se formaron las primeras cooperativas en 1965, decididas a controlar los bajos precios que percibía el cafetalero, el robo en el peso, la especulación y esquilación de colonizador de Ceja de Selva en beneficio de rescatistas e intermediarios exportadores inescrupulosos, cuya utilidades fácilmente obtenidas las derrochaban en viajes al extranjero, en la adquisición de artículos suntuosos, en el consumo de bebidas y productos importados, residiendo en las ciudades, disfrutando del lujo y la abundancia; mientras la economía del campesinato sufría cada vez mayor menoscabo, cundiendo la desmoralización y el fatalismo en el hombre del campo, que moraba en inadecuados e incómodas viviendas, sometido a todo tipo de privaciones, sin servicios esenciales de ninguna clase, agotándose lentamente como consecuencia de su miseria, ahondado por el frecuente consumo de tabaco y alcohol; no se prevían ni especulativamente en las perspectivas y alcances de este movimiento cooperativo de transformación, redención y cambio en la Ceja de Selva. (Café Peru, edição de janeiro-fevereiro de 1980)

A POLÍTICA EM TORNO DOS PRIVILÉGIOS

A Central de Cooperativas Agrárias Cafeicultoras “Café Peru” (ou simplesmente “Central Café Peru”) foi uma “organização de segundo grau” da qual fizeram parte diversas cooperativas de todo o país e que fora criada em 1969 pelos representantes de oito dessas entidades.⁷ Essa central chegaria a agrupar 64 cooperativas (num total de 26.000 produtores) e exportar, ao longo da primeira metade da década de 70, quase a metade do café peruano (o que veio a fazer dela a maior central do país). Outras centrais haviam sido criadas mesmo antes do golpe de 1968 e também se responsabilizaram pelo comércio exterior. Cada uma destas instituições, apesar de poder abarcar as cooperativas dos mais distintos lugares do Peru, estava identificada com os cafeicultores de uma determinada região. De qualquer maneira, a importância das centrais evidentemente ganhou um maior relevo diante do já citado privilégio de exportação concedido inicialmente pelo regime golpista às organizações de produtores em detrimento dos agentes privados.

Contudo, esse privilégio seria revisto com o estabelecimento do monopólio estatal nas vendas externas de café em 1974 e que colocou seu comércio exterior sob responsabilidade de uma empresa pública. Essa reviravolta na política do governo fez com que as centrais de organizações de

⁶ O termo “exploração” pode ser traduzido para o espanhol como *esquilación* ou *explotación*.

⁷ Meu contato com as informações sobre a história das organizações peruanas de cafeicultores se deu através das edições da revista Café Peru.

produtores se concentrassem no provimento de serviços ligados ao processamento do grão para a exportação, em especial, a retirada da película de “pergaminho” que o envolve. Mas essa mudança, no papel comercial desempenhado pelas centrais, não impediu que continuassem a congregar e a representar a maior parte das cooperativas do país e nem que estas últimas permanecessem como as principais fornecedoras dos produtos vendidos ao exterior.⁸ Isso porque a empresa estatal, responsável pela exportação do café, comprava-o preferencialmente das organizações de produtores. Em outras palavras, os comerciantes prosseguiriam sendo relegados a um segundo plano em se tratando do comércio do grão no país.

O antropólogo norte-americano Robin Shoemaker (1981) realizou, ao longo dos anos de 1973 e 1975, um estudo entre um grupo de cafeicultores peruanos. Sobre a monopolização da exportação de café, pelo Estado, a partir de 1974, este autor aponta para o fato de que “apesar de apoiar, em princípio, o sistema cooperativista, o governo delegou todos os poderes almejados pelos colonos à agência estatal de comercialização” (SHOEMAKER, 1981, p. 233). Segundo Shoemaker, não fazia parte dos anseios dos poderes públicos que as organizações de produtores tivessem autonomia para comercializar a produção de seus membros. Os agricultores entre os quais realizou sua pesquisa sentiam que sua cooperativa estava fadada a se tornar um mero fornecedor ou comprador de café para o Estado, antes do que uma força capaz de decidir por si mesma suas estratégias mercantis.

Neste contexto político oficialmente colocado como sendo em prol das organizações de produtores de café, elas começaram a almejar a criação de uma instituição que as representasse nacionalmente. Este desejo se expressou de maneira mais contundente em outubro de 1977, com a realização, nos dias 17 e 22 desse mês, da VI Convenção de Cooperativas Agrárias Cafeicultoras. Tratou-se de um evento que reuniu diversas cooperativas e as cinco centrais de cooperativas do país. As principais decisões que resultaram desse encontro foram: 1º) a criação de uma entidade representativa das organizações peruanas de cafeicultores; 2º) o estabelecimento de um “banco cooperativo cafeicultor” com base no “Fundo do Café” (criado através de um decreto de 1973 e sob responsabilidade da empresa estatal que, no ano seguinte, viria a ser encarregada da exportação do grão). A primeira deliberação seria concretizada com a fundação da Federação Nacional de Cooperativas Agrárias Cafeicultoras do Peru (FENCOCAFE) no dia 7 de abril de 1978. Desta federação fariam parte as cinco centrais de organizações de produtores e mais de duzentas cooperativas. Já a segunda

⁸ Durante todo o regime militar, não menos do que 80% dos cafés exportados pelo Peru passou pelas organizações de produtores. (Café Peru, edição de janeiro – março de 1982)

resolução nunca se efetuaria, apesar dos esforços dos cafeicultores em controlar o destino dos recursos do Fundo do Café.⁹

Ao longo dos anos, a administração estatal da exportação de café passou a ser ora criticada, ora apoiada pela FECONCAFE. Em 1978, por exemplo, esta entidade a atacou devido à indicação, por parte do governo, de um sujeito, vinculado ao comércio privado de café, para a gerência da empresa pública responsável pela exportação do grão. Essa nomeação pôde ser contornada e substituída por outra aprovada e festejada pelos cafeicultores.¹⁰ O vocabulário que estes agricultores utilizaram para expressar sua indignação mostrava claramente como a política e a economia andavam notadamente juntas no seu imaginário. Em outras palavras, suas participações no mercado se confundiam com suas presenças no cenário político nacional. Por exemplo, num trecho de uma “carta aberta ao presidente da república”, os dirigentes da FENCOCAFE assinalaram o seguinte a respeito dessa indicação de um comerciante para ser gerente da companhia estatal exportadora de café:¹¹

Aparte de ser el nombramiento un hecho totalmente inconsulto, este ha recaído en una persona no grata para la caficultura por sus viejas concomitancias con los rescatistas y tradicionales exportadores, que gustosos y alegres asistirían al derrumbe y liquidación del cooperativismo cafetalero, para regresar a las ominosas practicas de la explotación.

As demandas das organizações de cafeicultores aos poderes públicos tinham como pano de fundo um regime político que se sustentava, entre outras coisas, com base num discurso anti-oligárquico e pró-cooperativista. Nesse contexto, elas procuravam se posicionar como parte de uma luta nacional encabeçada pelos militares. O outro lado desse confronto era a chamada oligarquia e à qual os produtores de café associavam os comerciantes desse grão no país. Mas esse regime político começou a enfrentar sérias dificuldades na segunda metade da década de 70: escassez de divisas estrangeiras, aumento da inflação, interrupção do crescimento econômico, queda do poder de compra da população e erupção dos protestos sociais. (CONTRERAS; CUETO, 2004; SHEAHAN, 2001)

As manifestações populares incluíam, em boa medida, atores sociais que haviam se desenvolvido e fortalecidos através das reformas decretadas

⁹ Estes recursos advinham de uma taxa aplicada à exportação do grão. (Café Peru, edição de maio – setembro de 1985).

¹⁰ Os produtores também conseguiriam, ainda nesse mesmo ano, que os recursos do Fundo do Café fossem canalizados para o banco estatal de fomento à agricultura (Banco Agrário).

¹¹ Essa carta foi publicada na edição de novembro-dezembro de 1978 da revista Café Peru. Na ocasião, o presidente do país era o general Francisco Morales Bermúdez. Este havia sucedido o general Velasco através de um golpe de Estado em 29 de agosto de 1975.

pelo Governo Revolucionário das Forças Armadas. (COTLER, 2005). De acordo com este autor, estas agitações confluíram numa pressão nacional para que se restaurasse a democracia no Peru. Não demorou muito para que o presidente Morales Bermúdez cumprisse com a promessa que fez, em 1975, logo após ter tomado o poder do general Velasco: trazer de volta ao país as eleições livres para o legislativo e o executivo. Em 1978, os peruanos elegeram um novo congresso constituinte e dois anos depois seria a vez de escolherem o presidente da república.

O retorno da democracia aparentemente não se colocava como uma prioridade para as organizações de cafeicultores, pelo menos isso é o que se pode concluir através da leitura da principal revista do “movimento cooperativista cafeicultor peruano”: a *Café Peru*. Em nenhuma das edições dessa revista publicada, como assinalado numa nota anterior, entre 1977 e 1988, é possível visualizar qualquer manifestação em prol do fim do regime militar. Cotler (2005) chama a atenção para as “medidas redistributivas” ditadas pelo regime diante da crescente mobilização popular no final dos anos 70. Tais medidas procuravam, segundo este autor, “cooptar os dirigentes das organizações populares”. Contudo, essa visão de Cotler acaba imprimindo um ar de passividade às ações dos sujeitos supostamente “cooptados”. Afinal, a relação entre estes e seus governantes não pode também ser vista como uma aliança, isto é, enquanto um pacto ou acordo entre ambas as partes tendo em vista a realização de objetivos comuns?

A questão é então saber o que cada um dos lados dessa relação via nela. Algumas manobras políticas realizadas nessa época pelos militares podem ser interpretadas como tentativas de arregimentação dos cafeicultores. Este é o caso das concessões governamentais às recorrentes pressões dos produtores de café para que tivessem um maior poder de decisão na empresa estatal responsável pela exportação desse grão. Em se tratando dos agricultores, suas reclamações eram geralmente feitas em relação à burocracia dessa empresa e não aos governantes do país. Por exemplo, um documento da FENCOCAFE, publicado na edição de janeiro-fevereiro de 1979 da *Café Peru*, ressaltou que eram os funcionários dessa companhia que estavam “outorgando de forma sistemática uma crescente prioridade aos comerciantes nas vendas de café ao exterior”. Este documento, composto basicamente de demandas dos cafeicultores ao governo, apresentava as “conclusões” de uma “convenção nacional” da FENCONCAFE realizada neste último mês. O discurso inaugural desse evento ficou a cargo de um general responsável pelo ministério da agricultura e sua presença aparentemente procurava evidenciar o comprometimento dos poderes públicos em atender aos pedidos dos produtores de café.

Não podemos descartar, como lembra Cotler (2005), o fato de que os militares também reprimiam aqueles que “não aceitassem ser cooptados”. Contudo, é igualmente verdade que os cafeicultores encontravam nestes

seus governantes aliados estratégicos para suas disputas comerciais. Em outras palavras, a aliança com o regime significava, em boa medida, uma maneira de se sobreporem aos comerciantes de café. Pode-se dizer que ambas as relações eram produtos e produtoras de uma tendência, por parte dos agricultores, em ver o comércio desse grão sob uma ótica moral em torno da ideia de que eram frequentemente explorados pelos compradores. Fora a falta de escrúpulos dos comerciantes e não uma razão econômica qualquer (como o lucro, por exemplo) que, segundo eles, os levaram a se organizar através de cooperativas a partir de 1965.

O impulso moral dos cafeicultores em se contrapor aos comerciantes de café acabou florescendo através do governo militar, dado que nessa época imperava um ambiente no qual a identificação que os produtores faziam destes comerciantes como exploradores podia lhes render dividendos políticos. Consequentemente, os agricultores foram capazes de desenvolver uma série de habilidades retóricas para atuar eficazmente nesse cenário e estas habilidades se manifestaram com força nos discursos da FENCOCAFE. Ao falarem com propriedade uma linguagem bastante valorizada nesse período, suas demandas ganhavam legitimidade perante uma audiência (os militares) com poder de decisão sobre o destino do país.

As mudanças políticas que ocorreram no Peru, a partir de 1980, iriam minar o apoio estatal às organizações de cafeicultores, mas levaria um tempo maior para que os membros destas últimas entidades não amparassem mais seus discursos no que encaravam como sendo suas prerrogativas enquanto parte do amplo segmento nacional dos “explorados pela oligarquia”. A década de 80 seria marcada como uma época em que essa retórica de cunho moral utilizada pelos representantes dos produtores de café não alcançou resultados satisfatórios. Dito de outro modo, as disposições discursivas que haviam incorporados até então para conduzir suas organizações deixaram de lhes assegurar qualquer tipo de privilégio. Isso não impediu que permanecessem reivindicando, durante boa parte dos anos 80, suas prerrogativas comerciais vigentes durante o regime militar.

○ HORIZONTE POLÍTICO DOS CAFEICULTORES PERUANOS DURANTE O REGIME MILITAR

A relação entre os cafeicultores peruanos e o regime militar se tratou de um tipo de aliança ou uma forma de cooptação? De acordo com o que foi mostrado neste texto, é possível visualizar a existência de uma afinidade entre o projeto dos militares para o país e o horizonte político dos produtores de café. Nesse caso, não é de se estranhar que a proximidade entre ambos tenha se configurado, em grande medida, numa aliança e não numa espécie de cooptação. Pode-se dizer que o foco do movimento cafeicultor nas questões relativas ao comércio de café é também recorrente entre outros movi-

mentos que congregam pequenos proprietários agrícolas cuja produção é basicamente destinada ao mercado.¹²

Os camponeses que se rebelaram contra o regime militar foram os que passaram a lutar por uma nova redistribuição da terra. Eles estabeleceram, em 1979, um “plano nacional de invasão de terras”, em especial, daquelas pertencentes às “cooperativas agrárias de produção”, dando continuidade a uma série de ocupações que tiveram início dois anos antes numa região localizada ao sul dos Andes peruanos. (Matos Mar & Mejía, 1980). Em outras palavras, tratava-se de um movimento que colocava em cheque a tentativa dos militares de organizar a produção agrícola do país “de cima para baixo” através da imposição do cooperativismo produtivo entre uma população camponesa, situada principalmente nas zonas andinas, que tradicionalmente se reconheceu com base numa economia minifundista. A crise generalizada que se deu entre as cooperativas agrárias de produção acabou gerando um contexto que culminou no parcelamento de suas terras.

Como se vê, o horizonte político dos cafeicultores durante o regime militar não era o mesmo daquele de outros grupos de camponeses. A heterogeneidade entre os movimentos sociais peruanos deve ser levada em conta se quisermos entender melhor as condições sociais por detrás da vigência desse regime. Os principais estudos sobre esse período político da história do Peru têm dado destaque aos atores que vieram a contribuir para a derrocada do governo militar. (MATOS MAR; MEJÍA, 1980, COTLER, 2005) Esse destaque parece estar relacionado com uma dimensão normativa presente nestes estudos em relação ao advento da democracia no país. Mas a pressuposição de que o regime democrático é um valor universal ou universalizável pode acabar colocando certos grupos numa espécie de contramão da História, fazendo deles objetos de estudos aparentemente menos legítimos. Tal atitude vai de encontro com as perspectivas que querem entender não só as tensões ou conflitos que levam à derrocada dos governos autoritários como também as afinidades ou alianças que contribuem para a manutenção desses governos.

¹² José de Souza Martins (1984) chama atenção para a categoria dos pequenos proprietários agrícolas como aquela “cujas lutas têm se limitado a disputas periódicas em torno dos preços dos produtos agrícolas. Cada vez mais subjugada pela agroindústria e pelo grande capital industrial (...) permanece absorvida nos limites da negociação econômica.”(MARTINS, 1984, p. 10

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos. *Historia del Perú Contemporáneo*. Lima: IEP, 2004.
- COTLER, Julio. *Clases, Estado y Nación en el Perú*. Lima: IEP, 2005.
- CRUZ, Ricardo. *Sagas do “comércio justo” e percepções da modernidade na selva central peruana*. Rio de Janeiro: PPGAS/MN, 2010.
- MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MATOS MAR, José; MEJÍA, José. *La reforma agraria en el Perú*. Lima: IEP, 1980.
- SANTOS, Fernando; BARCLAY, Frederica. *Ordenes y Desórdenes en la Selva Central: Historia y economía de un espacio regional*. Lima: IEP, 1995.
- SHEAHAN, John. *La economía peruana desde 1950: buscando una sociedad mejor*. Lima: IEP, 2001.
- SHOEMAKER, Robin. *The Peasants of El Dorado: Conflict and Contradiction in a Peruvian Settlement*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1981.
- SJOHOLT, Peter. *Tropical Colonization: Problems and Achievements: The case of Chanchamayo and Satipo in Peru*. Stockholm: Institute of Latin American Studies. 1988.
- SKAR, Sarah Lund. *Lives Together - Worlds Apart: Quechua Colonization in Jungle and City*. Oslo: Scandinavian University Press, 1994.
- SOARES, Gabriela. *Projetos políticos de modernização e reforma no Peru: 1950 – 1975*. São Paulo: Annablume, 2000.

